

**Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

**Código da Oferta na BEP - OE202209/0891**

**Ref. 11/2022 – Divisão de Recursos Humanos**

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 15 minutos.

Será composta por:

- Grupo I – 8 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 4 questões de resposta direta (1,5 valores cada)
- Grupo III – 1 questão de desenvolvimento (6 valores)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Código do Procedimento Administrativo (CPA) – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação vigente;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente;
- Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação vigente;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente;
- Regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais – Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, na redação vigente;
- Tramitação do procedimento concursal de recrutamento – Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro;
- Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação vigente;

- Adaptação à Administração Local do Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 49/2012, na redação vigente;
- Estatuto dos Eleitos Locais – Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na redação vigente;
- Estatuto da Aposentação – Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, na redação vigente;
- Regime jurídico de promoção da segurança e saúde no trabalho – Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na redação vigente;
- Sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na administração pública (SIADAP) – Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, na redação vigente;
- Adaptação aos serviços autárquicos do SIADAP – Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro;
- Adaptação do SIADAP ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação – Portaria n.º 759/2009, de 16 de julho;
- Normas relativas ao abono de ajudas de custo e de transporte – Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na redação vigente;
- Regime da formação profissional da administração pública – Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29 de dezembro, na redação vigente;
- Adaptação do regime da formação profissional à administração local – Decreto-Lei n.º 173/2019, de 13 de dezembro;
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras (ROSM), Aviso n.º 597/2021, publicado no Diário da República, N.º 5, parte H, de 8 de janeiro de 2021;
- Guia do utilizador ISO 9001:2015 (elaborado pela APCER).

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.